

# QUAL A PROPOSTA DA AVALIAÇÃO NA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO?

Siomara Molina Ferreira

1783195

**RESUMO:** Avaliação – não há como fugir dela. Somos avaliados sempre e avaliamos na medida em que sentimos necessidade. Mas, avaliamos para quê? Qual o papel da avaliação no processo ensino-aprendizagem? Avaliar apenas para aferir nota? Avaliar para repensar o caminho e ter a chance de voltar? Avaliar para quê?

Como introdução, tenho como proposta apresentar o papel da avaliação, sua diferenciação e sua função ou não, enquanto instrumento pedagógico. No desenvolvimento, apresentarei um breve resgate da formação das escolas no Brasil, origem, as várias políticas por que passou a Educação brasileira até chegarmos o mais próximo dos dias atuais. E como conclusão, qual a importância da avaliação em uma aprendizagem significativa. As novas metodologias e como a Companhia de Jesus, através do PEC, projeto educacional, vislumbra o papel da avaliação e trabalha com elas em suas escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação – Aprendizagem – Formação Integral.

## INTRODUÇÃO:

A proposta deste artigo é refletir sobre a função da avaliação em geral e de modo mais específico, dentro da Rede Jesuíta de Educação. Aproprio-me de uma passagem do PEC – Projeto Educativo Comum da Companhia de Jesus em seu número 43, em que apresenta a concepção da avaliação dentro da pedagogia Inaciana<sup>1</sup>:

“Quando se trata de avaliação, consideramos essencial que se avalie tanto o ensino quanto a aprendizagem, uma vez que a finalidade do primeiro é o alcance da excelência no segundo. A avaliação da aprendizagem é sempre uma avaliação do

---

<sup>1</sup> PEC – Projeto Educativo Comum.

ensino; trata-se do lugar pedagógico do acompanhamento da caminhada dos alunos e professores. A avaliação como momento isolado de verificação do que foi retido do conteúdo ensinado faz parte de um paradigma superado que precisa ser revisto onde ainda for vigente. Cabe aos profissionais encarregados de acompanhar o trabalho acadêmico garantir que os processos de avaliação do ensino ocorram de maneira sistemática e em diálogo com a avaliação das aprendizagens.”

Escolhi trabalhar com o tema avaliação. As múltiplas formas que as escolas trabalham com o instrumento da avaliação. Mas, não somente a avaliação como instrumento que mensure uma nota, que aprove ou reprove. Meu objetivo com este trabalho é estudar o papel da avaliação na formação integral dos alunos sobre a perspectiva Inaciana. Perspectiva esta, ilustrada pelo trecho do PEC acima: avaliar como possibilidade de voltar à rota, de rever o que foi trabalhado, de solidificação do que foi ensinado em conteúdo significativo, duradouro, capaz de fazer conexões com outros saberes.

Experiência pessoal: em meu trabalho na Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental II e Médio, em um colégio da Rede Jesuíta de Educação, via na prática, o avaliar, seja no cotidiano dos alunos (o medo do resultado das avaliações) ou no modo de proceder dos Professores (correções infundáveis e respostas, muitas vezes ruins) algo que não era bom. E pensava: como a avaliação pode ser um instrumento, uma ferramenta imprescindível no processo ensino-aprendizagem? Imprescindível, penso, como norte do trabalho que está sendo feito. Como termômetro de como devo proceder. Como conduzir este processo de uma maneira a contemplar o que a Educação Inaciana acredita?

Minha proposta é fazer neste estudo um resgate do papel da avaliação, avaliação significando momento de parada, possibilidade de retorno. Para tanto, apresentarei uma breve retrospectiva da história da educação no Brasil, como a avaliação foi concebida e sua evolução até hoje, o porquê de avaliar, a diferença da avaliação classificatória e a avaliação diagnóstica. Assim como, a concepção de avaliação na Pedagogia Inaciana enquanto um dos passos do PPI, Paradigma Pedagógico Inaciano, e seu papel na formação integral dos alunos.

No dicionário Aurélio Online, um dos significados de avaliar é: “determinar o valor de compreender, apreciar, prezar, reputar-se, conhecer o seu valor”. Hoje, mais do que nunca, vivemos um momento de avaliação, somos constantemente avaliados, por nosso intelecto, nossa aparência, condição social, experiência, enfim, muitas

vezes somos avaliados e nem sabemos, sem a chance de melhorar, de mudar. Somos avaliados, recebemos um resultado e só, não há mais nada a fazer.

#### A) Avaliação escolar:

Mas, quando pensamos em avaliação ligada ao sistema escolar, uma aprendizagem que perpetue, que seja significativa, avaliar tem que ser um ato funcional, um ato de movimento, que dê a oportunidade de quem está avaliando a quem está sendo avaliado, refazer “o caminho”, “retomar”, ter a oportunidade de tentar novamente.

Sem isso, a avaliação torna-se uma sentença apenas, um resultado a ser recebido sem nada que possa ser feito, tanto de quem avalia como de quem é avaliado.

Para nos ajudar em nossa reflexão, destacamos um trecho de Caldeira (2000)<sup>2</sup>:

“A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.”  
(p.122)

#### B) História da educação

Como já mencionado, passo agora, para uma breve retrospectiva da história da educação brasileira, tentando compreender seu processo de formação e seus objetivos até então.

Coincidência ou não, mas não há como retomar a história da implantação da educação no Brasil, sem que voltemos ao momento da vinda da Companhia de Jesus ao Brasil. O envio de jesuítas para cá, no período da colonização, com o objetivo de catequização, como os jesuítas diziam: “salvar almas”. Neste intuito, vários padres estiveram aqui, não poderíamos deixar de citar Pe José de Anchieta, seu trabalho e sua missão evangelizadora.

A primeira missão jesuíta aqui enviada foi em 1549. Passado um tempo, Marquês de Pombal fez a “reforma pombalina” expulsando os jesuítas do Brasil, isso ocorreu em 1759, passando a ser instituído o ensino público e laico. Eram trabalhados nas

---

<sup>2</sup> CALDEIRA, Anna M. Salgueiro.

escolas do Brasil, espécies de “aulas régias” que tinham como base as Cartas Régias. A data de 1772 é considerada o marco da implantação do ensino público oficial no Brasil.

Após 300 anos de colonização no Brasil, a população aqui existente era composta por colonizadores brancos, nativos e mão de obra escrava vinda da África. As mulheres eram totalmente excluídas da instrução, apenas homens brancos, não escravos, estudavam. Ou se ia a colégios religiosos ou para a Europa estudar.

Apenas no século XIX, com a vinda da Família Real para o Brasil, algumas mudanças foram sentidas: foram abertas Academias militares, escola de medicina, o museu Real, a biblioteca Real, o jardim botânico e um marco significativo rumo à educação brasileira: a imprensa Régia.

Mesmo assim, a educação brasileira continuava a ter pouca ou nenhuma importância. Como exemplo, na época nas colônias espanholas já haviam muitas universidades. No Brasil, isso só aconteceu no início do século XX, em 1909, com a Universidade Federal do Amazonas. A Universidade de São Paulo – USP, só foi fundada em 1934.

Faremos agora, um salto ao período do Império no Brasil e as leis que surgiram nesta época. A Constituição de 1824 permitiu a permanência do princípio de liberdade ao ensino, com o slogan “instrução primária gratuita para todos os cidadãos”. Em 15/10/1827 surge a primeira lei sobre o Ensino Elementar, determinação de escolas de primeiras letras, como eram chamadas as escolas primárias, em todas as vilas, lugarejos e cidades, com uma população considerável, assim como “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas”, essa lei foi vigente até 1946. Não tendo a abrangência e o êxito esperado. Em 1867, documentos apontam que apenas 10% da população em idade escolar, frequentava a escola.

A educação brasileira sentiu algumas mudanças no período da instauração da República, 1889. Visto que, neste novo regime novas tendências foram incorporadas: centralização, autoritarismo e formalização. De 1889-1930, o Brasil passou por cinco reformas: Reforma Benjamim Constant, Reforma Epitácio Pessoa, Reforma Rivadávia, Reforma Carlos Maximiliano e Reforma João Luiz Alvez. Foram reformas preocupadas com várias demandas, ora implantar uma grade curricular única para todo o país, preparação para o Ensino Superior, o afastamento da

responsabilidade da União pelo Ensino, o surgimento do conceito de “grupo escolar”, quando os alunos são separados por séries, até o surgimento do “Escolanovismo”.

O Escolanovismo foi uma iniciativa dos liberais democráticos com o intuito de incorporação de reformas educacionais em vários estados.

Podemos dizer que somente na Era Vargas, a partir de 1930, que o Brasil possuiu reformas mais modernas. Com a iminência de um mundo urbano-industrial, a escola passa a ser o centro de interesse dos intelectuais. Aliado as consequências de todos os âmbitos, mas principalmente sociais, da Primeira Guerra e da Revolução Russa. Ambas, ameaçam a sociedade da possibilidade de volta à barbárie visto o grau de violência que foi constatado nestes episódios.

Surge então, a Escola Nova. Movimento surgido nos Estados Unidos e que influenciou o pensamento educacional brasileiro. Nele, havia a valorização de jogos e exercícios físicos com o intuito de desenvolver a motricidade e a percepção em todos que o praticassem. Assim como, a análise e consideração da psicologia e a busca de métodos mais adequados para motivação e estímulo, sem privar as crianças de sua espontaneidade nata.

O Estado Novo chega ao fim. Surge a Constituição de 1946, que dentre suas leis, apresenta um olhar à educação, como a gratuidade para o Ensino Primário e a continuação da mesma, na sequência dos estudos para aqueles que comprovassem insuficiência de recursos.

Com o regime militar iniciado em 1964, o Brasil sente a volta do autoritarismo, e na Educação não foi diferente: houve o banimento da União Nacional do Estudantes – UNE em 1967, em 1969, foi obrigado o ensino de Educação Moral e Cívica em todas as escolas e graus de ensino, concebendo que no Ensino Secundário o estudo era para Organização Social e Política Brasileira – OSPB. Cria-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização em 1967, com o objetivo de diminuir os índices de analfabetismo entre os adultos.

No governo Médici, com a lei 5 692/71 foram integrados o primário, ginásio, secundário e técnico. Filosofia no 2º grau foi extinta, História e Geografia foram unidas no 1º grau, chamando-se Estudos Sociais”. Em 1982, foi extinto a obrigatoriedade do oferecimento do ensino profissionalizante nas escolas de Ensino Médio.

Somente em 1988, que a educação brasileira teve destaque em termos de Constituição. Isto através dos dispositivos transitórios (ADCT 60 modificado pela

Emenda Constitucional 14/1996) que deu prazo de 10 anos para a universalização do Ensino e a erradicação do analfabetismo. Em 1996, surgiu a LDB – Lei de Diretrizes Básicas que instituiu a Política Educacional Brasileira. Para ajudar nossa compreensão neste período, citaremos trecho do texto do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”<sup>3</sup>:

“Contudo, importa ressaltar que a Constituição de 1988 marca importantes conquistas por movimentos sociais que se fazem ouvir e tem suas reivindicações contempladas. Nesse sentido, a Educação reafirma-se como direito de todos os cidadãos no texto constitucional.

Situarmos a questão de igualdade de acesso implica em considerar as profundas e históricas diferenças que tangenciam o modo como o direito à educação vem sendo concretizado no Brasil, pois é incontestável que a Constituição de 1988 permanece distante de uma concretude aos sujeitos que compõem o sistema de Educação brasileiro. Aos filhos e filhas das classes populares, a igualdade de condições e, principalmente, a permanência na escola não se efetivam numa sociedade em que as condições sociais dos diferentes grupos que a compõem são de fato desiguais.”

A lei 9131/1995 criou o Conselho Nacional de Educação. Em 1990 foi organizado o Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB. Com a lei 9.424/96, surge o FUNDEF – Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que após 10 anos foi substituído pelo FUNDEB, que obrigou os Estados e Municípios a aplicarem anualmente um percentual mínimo de suas receitas à Educação. Do mesmo texto citado acima <sup>4</sup>:

“Ao situar nosso olhar sobre a década de 1990, percebemos que esse período foi marcado por uma desmobilização generalizada da população, referente às lutas sociais construídas nos anos 1980. Tal sentimento de resignação das massas populacionais foi de grande reforço para a Instauração de uma política educacional voltada para o capital monopolista. É no início da década de 90, com a Conferência de Jomtien que tem início a era da “**Educação para Todos**”; em 1993, a Declaração de Nova Delhi reforça a nova concepção assumida no campo socioeducativo; e em 2000, tem-se o Fórum de Dakar, que adiou o prazo de cumprimento das metas até 2015.” (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009).

---

<sup>3</sup> IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 9788577455515

<sup>4</sup> Ibidem

Ainda no texto do IX Seminário Nacional de Estudos, o destaque para um trecho muito significativo e atual: “A escola pública acolhe as populações mais frágeis sem, no entanto, ter recursos para garantir uma Educação digna e de qualidade.”

Há muito a melhorar, tanto na escola pública quanto na privada. Este é um estudo longo, que deveria chegar até os dias atuais, ou seja, 2018. Entretanto, é terreno complexo: são leis, políticas, governos e nossa educação poderia ter avançado muito mais. Nos valemos dele, apenas para elucidar um pouco da história da formação da escola no Brasil. Nossa pretensão não foi apresentar nada de novo, do que já foi pesquisado e estudado até então, cenário tão carente, tão caótico. Enfim, passaremos agora para a segunda parte de nossa reflexão: o desenvolvimento, estudaremos o papel da avaliação enquanto ferramenta no processo ensino-aprendizagem dentro dessa “escola” que foi construída ao longo dos anos no Brasil.

Há diferença entre avaliação e nota? Segundo Celso Vasconcelos<sup>5</sup> :

“Há que se distinguir, inicialmente, ‘Avaliação’ e ‘Nota’. Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A nota, seja na forma de número (ex.: 0-10), conceito (ex.: A, B, C, D) ou menção (ex.: Excelente, Bom, Satisfatório, Insatisfatório), é uma exigência formal do sistema educacional. Podemos imaginar um dia em que não haja mais nota na escola – ou qualquer tipo de reprovação-, mas certamente haverá necessidade de continuar existindo avaliação, para poder se acompanhar o desenvolvimento dos educandos e ajudá-los em suas eventuais dificuldades.”

Escolhi este trecho, pois ele consegue resumir minha concepção de avaliação, **“implica em uma reflexão crítica sobre a prática”**. Muito bem, mas será que é isso que vem acontecendo dentro das escolas de modo geral? Pegando como enfoque o nosso dia a dia: dentro das escolas da Companhia de Jesus?

Os instrumentos utilizados para avaliar podem ter a prova como um dos, mas não somente. Quanto maior o número de instrumentos para acompanhar o aluno, melhor será o processo.

Por que afirmo isso? Afinal, as pessoas são diferentes e aprendem de maneira diferente. Este é um dado importante que não pode ser esquecido. Não podemos

---

<sup>5</sup> Celso dos S. Vasconcelos. Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar.

mais pensar na escola como em sua origem, em sua formação, muito se passou. Mas, será que houve uma evolução?

Em Avaliação por Diálogos de David Nevo<sup>6</sup>:

“Extensas reformas ou inovações educacionais, até mesmo aquelas que defendem abordagens de baixo para cima, foram, em geral, iniciadas nos níveis estadual ou nacional, como iniciativa de partidos políticos, órgãos nacionais de educação, pesquisadores ou estudiosos do mundo acadêmico. Entretanto, os resultados dessas iniciativas ainda não foram vistos no nível da escola.”

E no que se refere ao tema específico, ainda em Nevo<sup>7</sup>:

“Mudar a educação é mudar a escola, e a avaliação utilizada para o aprimoramento de um sistema educacional não poderá ter eficácia sem que seja transportada, em sua capacidade e potencial plenos, às instalações da escola. Se a intenção for utilizar a avaliação para melhorar a educação, ela terá de ser trabalhada no nível da escola.”

A escola precisa mudar, está mudando em alguns aspectos, mesmo que mais lentamente, mas está e, nesta mudança, a avaliação ou melhor, os instrumentos utilizados para a avaliação precisam mudar.

Em Avaliação da Aprendizagem Escolar de Cipriano Luckesi<sup>8</sup>:

“A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.”

Entendemos que a avaliação tem um lugar dentro da proposta pedagógica que a escola tem, qual o objetivo que ela pretende atingir. Qual a filosofia que está por trás de tudo o que é trabalhado nela.

Luckesi afirma que os Professores, em geral, em sua prática de resposta dos resultados das avaliações têm: “medida de aproveitamento escolar, transformação da medida em nota ou conceito e utilização dos resultados identificados.”

E ele está certo, sabemos que muitos Professores após acharem que “ensinaram”, aplicam suas provas (dentro de um calendário previsto pela escola) e fazem exatamente o que o autor acima indicou, corrigem, decodificam em nota, entregam-nas aos alunos e famílias e pronto, tudo está encerrado.

---

<sup>6</sup> NEVO, David. Avaliação por Diálogos: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar.

<sup>7</sup> Ibidem

<sup>8</sup> LUCKESI, CIPRIANO CARLOS. A avaliação da aprendizagem escolar.



O que foi feito nessa situação foi uma verificação. O ato de verificar, Luckesi apresenta muito bem isso, nada mais é do que se constatar, obter-se um resultado. E muitas vezes, sabemos que é bem isso que ocorre na escola.

Já a etimologia de “avaliar”, que também tem sua origem no latim, como verificar, significa: “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação”, entretanto não é algo neutro, passivo, pensando em relação ao que foi avaliado. Significando que avaliar tem uma concepção de ação, de mobilidade. Se algo foi avaliado e o resultado não condiz ao esperado, estratégias precisam ser traçadas para que o objetivo enfim, aconteça.

Luckesi explica muito bem isso <sup>9</sup>:

“A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto: a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação.”

“(.....) a escola brasileira opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem. Este fato fica patente ao observarmos que os resultados da aprendizagem usualmente têm tido a função de estabelecer uma classificação do educando, expressa em aprovação ou reprovação.”

E Luckesi deixa bem claro que, no Brasil, na sua maioria ou quase totalidade, o que se pratica na escola é uma verificação de conteúdo, nada mais que isso:” (...) Este fato fica patente ao observarmos que os resultados da aprendizagem têm tido a função de estabelecer uma classificação ao educando, expressa em aprovação ou reprovação.”

#### C) Considerações finais:

E é essa a proposta de meu trabalho, que a escola, os Professores, os alunos, pais e responsáveis façam uma reflexão sobre qual o papel da avaliação, enquanto instrumento utilizado dentro do processo ensino-aprendizagem.

Muito já se pesquisou sobre o papel da avaliação, neste próprio artigo, o início dele é introduzido com a visão da Pedagogia Inaciana, representada por seu documento intitulado PEC, deixando bem claro qual é o papel da avaliação dentro das escolas e ou centros de aprendizagem da Companhia de Jesus.

Luckesi, ainda na mesma obra citada, também apresenta sua concepção de avaliação <sup>10</sup>:

“Em primeiro lugar, propomos que a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos

---

<sup>9</sup> Luckesi. Ibidem.

<sup>10</sup> Luckesi. Ibidem.

resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando.”

“Com isso, fugiremos ao aspecto classificatório que, sob a forma de verificação, tem atravessado a aferição do aproveitamento escolar. (...)”

E foi esse o propósito de nossa reflexão, ainda necessitamos de instrumentos de avaliação, oxalá no futuro, não precisemos mais deles, mas já que o temos, como os utilizamos?

Desde a escolha do tema para o desenvolvimento do trabalho até agora, ainda é possível ver na ação dos Professores em sala de aula, a nítida concepção de que “eu estou ensinando, se o aluno não aprende, ou não está aprendendo, eu estou fazendo minha parte”. É triste, é muito ruim ouvir, constatar essa conduta. Por um lado, você toma conhecimento, estuda, reflete sobre escolas que estão fazendo a diferença, inovando, procurando caminhos diferentes, novos, enfim tentando buscar respostas para esse aluno do século XXI, mas há em muitas outras escolas, uma única realidade que se repete de que o problema é do aluno, se ele não aprende, não é problema do Professor. E as respostas são várias, múltiplas, é o aluno, a culpa é da família, do sistema, de tudo, menos de quem ensina.

Deixo claro aqui também que não é o único culpado o Professor, ele não é o salvador da Pátria, alguém capaz de operar milagres. Há muitos culpados por trás de todo o processo que envolve a aprendizagem escolar. Mas, o Professor pode e deve sim fazer a diferença. Luckesi contribui também aqui, nesta reflexão <sup>11</sup>:

“No caso da avaliação da aprendizagem, vale lembrar o baixo investimento pedagógico. Nós, professores, assim como normalmente os alunos e seus pais, interessamo-nos pela aprovação ou reprovação dos educandos nas séries escolares; porém, estamos pouco atentos ao seu efetivo desenvolvimento. A nossa prática educativa expressa-se mais ou menos da seguinte forma: ‘Ensinao, mas os alunos não aprenderam; o que é que vamos fazer.....?’ De fato, se ensinamos e os alunos não aprenderam e estamos interessados em que aprendam, há que se ensinar até que aprendam; deve-se investir na construção dos resultados desejados.”

Ponto importante para reflexão, será que nossas Universidades estão formando profissionais da educação com essa característica? “Ensinar até que aprendam”. Será que os Professores estão sendo preparados com este princípio? E nas escolas da Companhia de Jesus? Como está este processo?

---

<sup>11</sup> Luckesi. Ibidem.

A avaliação deve sempre ser um instrumento que subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e retomada de aspectos que devam ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados ao processo de aprendizagem individual ou de todo um grupo, se assim o necessitar.

Para o aluno, a avaliação é um instrumento de retomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades de reorganizar-se, de fazer novamente, investindo sempre na ação de aprender.

Sabemos que nem sempre isso é verdade, muitas vezes o aluno recebe a prova, a redação ou a atividade, vê a nota e não se manifesta, parece não ligar. Penso que isso ocorra, pois o próprio aluno não vê sentido no que está fazendo. Não ficou claro para ele o porquê de tudo aquilo.

Para o Professor, é preciso ter alguma medida, mesmo que não seja a mais adequada, mas ainda é preciso.

Nesse emaranhado, entra a avaliação. Sabemos que já lá escolas que não utilizam mais a avaliação formal, apresentam outros instrumentos muito mais interessantes. Um debate, uma apresentação, um relato ao final do dia, da semana, do que se estudou e o que se aprendeu, enfim, nada de prova, nada de papel. Assim como, há famílias, pasmem ou não, que ainda consideram uma escola de qualidade aquela que faz prova todo dia, que avalia o seu aluno.

Penso que ainda vai levar um tempo, mas chegará um momento em que a partilha, a demonstração nas ações ou na prática, serão um índice de aprendizagem real, significativa. E a avaliação como constatação de nota, de papel, ficará cada vez mais restrita a poucos.

A avaliação é instrumento contínuo, de várias formas, de tentativa e erro, de se reinventar sempre. Mas, com um objetivo que não pode mudar nunca: levar aquele que está sendo avaliado a ter a chance de análise, de voltar, de fazer de novo e não perder nunca o seu objetivo maior: da aprendizagem significativa.

## Referências

- CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. *Avaliação e processo de ensino-aprendizagem. Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, v.3, 1997.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *A avaliação da Aprendizagem Escolar. Estudos e Proposições*. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação. Mito & Desafio*. 43ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação., 2009.
- HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M.T. (orgs.) *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo*. 3ªed.Porto Alegre: Mediação, 2004.
- VASCONCELLOS, Celso dos. *Avaliação- Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar*. 12ª ed. São Paulo: -----
- NEVO, David. *Avaliação por Diálogos: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar*. In: TIANA, Alejandro (Coord.). *Anais do Seminário Internacional de Avaliação Educacional*, 1 a 3 de dezembro de 1997. Tradução de John Stephen Morris. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), 1998, p.89-97.
- ALAVARSE, Ocimar Munhoz. *Desafios da avaliação educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados*. Cadernos Cenpec. São Paulo: junho 2013.
- PEC -Projeto Educativo Comum. São Paulo: Edições Loyola.
- PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.